

III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO I

LUCAS PIRES MACIEL

YURI NATHAN DA COSTA LANNES

RAMON ROCHA SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito tributário, financeiro e processo [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Lucas Pires Maciel, Ramon Rocha Santos, Yuri Nathan da Costa Lannes – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-279-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito tributário. 3. Financeiro. III Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO I

Apresentação

O III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado em parceria com o UNICURITIBA, apresentou como temática central “Saúde: segurança humana para a democracia”. Esta questão suscitou intensos debates desde o início e, no decorrer do evento, com a apresentação dos trabalhos previamente selecionados, fóruns e painéis que na no ambiente digital ocorreram.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo de Trabalho “DIREITOS TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E PROCESSO I”, realizado no dia 25 de junho de 2021, que passaram previamente por dupla avaliação cega por pares. Encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos cursos de Direito pelos graduandos e por Programas de Pós-Graduação em Direito pelos pós-graduandos, que retratam parcela relevante dos estudos que têm sido desenvolvidos na temática central do Grupo de Trabalho.

As temáticas abordadas decorrem de intensas e numerosas discussões que acontecem pelo Brasil, com temas que reforçam a diversidade cultural brasileira e as preocupações que abrangem problemas relevantes e interessantes.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes – Mackenzie/UNB

Prof. Me. Lucas Pires Maciel – UNIMAR

Prof. Dr. Ramon Rocha Santos – UFBA

APP DE PESQUISA PARA CONFLITOS JUSTRIBUTÁRIOS ENVOLVENDO TRIBUTOS INDIRETOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Henrique Silva de Oliveira¹
Manuela Alves Correia Ribeiro
Lucas Aquino Araujo

Resumo

INTRODUÇÃO

Acadêmicos de direito enfrentam dificuldades com a escassez de informações tributárias compreensíveis e acessíveis.

O sistema tributário brasileiro tem-se tornado cada vez mais complexo. Os dados são profusos, mas esparsos. Paradoxalmente, a informação é escassa, pois o processamento desses dados exige conhecimento elevado e formação profissional qualificada em diversos saberes. É difícil compreender os reflexos da tributação sobre os consumidores, particularmente no caso da tributação indireta. Não obstante, as decisões relevantes se encontram cada vez mais disponíveis e presentes na grande mídia, e até mesmo nos sites dos tribunais superiores e em seus canais nas redes sociais.

A construção de informação acessível é fomentada com produção de ciência, compartilhamento e elaboração de artigos científicos, ferramentas para resoluções simples de cálculos dos efeitos da tributação indireta, e uma maior inclusão de acadêmicos de Direito e de áreas afins no debate.

Nesse sentido, os estudantes são veículos de comunicação da academia e dos tribunais com a comunidade e os contribuintes, que por eles obtêm meios adequados para cobrar dos seus governantes as promessas eleitorais, e para buscar meios de se proteger de tributos abusivos (de modo ético, e com justiça).

PROBLEMA DE PESQUISA

O grande problema a ser enfrentado na Pesquisa é a dificuldade de os acadêmicos compreenderem as questões jurídicas em torno dos tributos, particularmente os indiretos, dada a escassez de informações tributárias, a diversidade de níveis de linguagem e comunicacionais, e a complexidade dos dados disponíveis.

Os impostos que incidem sobre bens e serviços respondem por metade da carga tributária e

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

são os principais responsáveis pelas injustiças tributárias do Brasil. Os tributos que versam sobre os bens e consumo há muito têm sido massacrantes, em especial para os mais pobres e uma desproporcional contraprestação do Estado desde o Brasil colônia até os dias atuais.

Por outro lado, não se imagina a sociedade atual sem a intensiva utilização de recursos tecnológicos. Segundo Soster (2011), a atual sociedade possui características diferenciadas que se devem especialmente à evolução tecnológica, percebida em diversas esferas sociais. Portanto, um dos problemas da pesquisa é a adequação dos processos comunicacionais entre aqueles que decidem sobre tributos diretos, os estudantes de graduação, e os cidadãos em geral.

OBJETIVO

O objetivo geral do Projeto é a produção de um aplicativo educativo, tendo por público alvo os estudantes do curso de direito e de áreas afins.

Essa ferramenta apresenta baixo custo, bem didático e intuitivo, alimentado com níveis sistematizados, que viabilizam o compartilhamento de trabalhos acadêmicos e instrumentos de pesquisas, no entorno das resoluções de disputas em matéria tributária.

Um objetivo instrumental do Projeto é o mapeamento conflitos justributários relevantes, em discussão perante os tribunais superiores e a comunidade acadêmica, e produzir aplicativo educativo, voltado aos estudantes do curso de direito.

A tecnologia está literalmente envolvida nas relações e as informações e conhecimentos do mundo estão praticamente disponíveis a todos os indivíduos. Com o aplicativo, “Tributos Indiretos nos Tribunais”, os conflitos serão discutidos pelos estudantes, em qualquer momento, por meio de uma linguagem que lhes é mais acessível.

MÉTODO

O Projeto tem como base tanto a pesquisa de forma quantitativa como qualificativa, na configuração dos conflitos relevantes para a comunidade estudantil.

Adota-se o método quantitativo para os levantamentos e análises de dados numéricos relacionados aos conflitos dos tributos indiretos, a partir de pesquisas da literatura jurídica e

nos sites dos tribunais superiores.

O viés qualitativo, de maior expressão, avém da utilização de casos concretos, julgados, fontes legislativas, fontes documentais, tendo o intuito à realização de estudos específicos, dos quais serão derivados a classificação dos temas mais complexos e que merecem um olhar mais detalhado e prático para a sua resolução.

Há, enfim, elementos de pesquisa exploratória, visto que todas as experiências, dados, informações serão objeto de discussões em grupo, e de pesquisas individuais, permitindo que assuntos ainda pouco explorados, com poucos dados disponíveis se tornem mais próximo dos estudantes pesquisadores, nesse caso possibilitando a construção de hipóteses e consequentemente melhorias sobre a pesquisa. Por ser muito específica, a pesquisa tende a assumir a forma de um estudo de caso (GIL,2008).

RESULTADOS

Em consideração aos procedimentos técnicos, as pesquisas bibliográficas, de campo e documentais irão proporcionar aos estudantes pesquisadores a ampliação do conhecimento científico e subsídios para discussões e contra-argumentos no âmbito da pesquisa.

Esse projeto promoveu discussões e derivou trabalhos, dentre os quais a aprovação do TCC de uma das autoras deste Pôster na graduação do curso de Direito, tendo por tema “A educação tributária sobre os títulos indiretos e as repercussões na justiça fiscal.”

O APP de pesquisa está em processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: conflitos justributários, tributos indiretos, tribunais superiores, pesquisa jurídica, aplicativo

Referências

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História colonial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

CARNEIRO, Claudio. Curso de direito tributário e financeiro, 6ª edição. Saraiva, 12/2015. Vital Source Bookshelf Online.

DENARI, Zelmo. Curso de direito tributário. 9ª edição. Atlas, 06/2008. Vital Source Bookshelf Online.

GADAMER, H. G. Verdade e método. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEW, JUN-JIE ET AL. What catalyses mobile apps usage intention: an empirical analysis. *Industrial Management & Data Systems*, v. 115, n. 7, p. 1269-1291, 2015.

MINAYO, M.C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MOURA, Lenice Silveira Moreira de. Tributação, cidadania e justiça social no brasil . *Revista UNI-RN*, Natal, v.16, n. 1/2, p. 181-235, jan./jun. 2017.

SOSTER, Tatiana Sansone. O uso da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem: estudo de um curso superior na área de administração. 2011.